



CASAS – Centro de Apoio Social e de Animação de Segadães

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2018

Balanço em 31 de Dezembro de 2018

RUBRICAS.	NOTAS	DATAS	
		31-12-2018	31-12-2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	156 291.71	149 759.12
Bens do património histórico e cultural			
Activos intangíveis	17.13	537.10	213.83
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos correntes			
SOMA		156 828.81	149 972.95
Activo Corrente			
Inventários	9	501.11	266.69
Créditos a receber	17.1	4 953.11	4 441.15
Estado e outros entes públicos	17.7	280.41	125.00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.14	570.00	7.50
Diferimentos	17.3	390.09	532.21
Outros activos correntes	17.2	2 558.48	4 670.25
Caixa e depósitos bancários	17.4	58 417.47	47 128.87
SOMA		67 670.67	57 171.67
Total do activo		224 499.48	207 144.62
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	17.5	174.94	174.94
Excedentes técnicos			
Reservas	17.5	190 368.68	190 368.68
Resultados transitados	17.5	-18 961.66	-21 426.29
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	17.5	2 033.00	2 033.00
SOMA		173 614.96	171 150.33
Resultado líquido do período		12 009.77	2 464.63
Total do fundo de capital		185 624.73	173 614.96
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
SOMA		0.00	0.00
Passivo corrente			
Fornecedores	17.6	15 708.41	9 494.36
Estado e outros entes públicos	17.7	4 870.65	5 120.43
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	17.3	1 390.65	1 332.25
Outros passivos correntes	17.8	16 905.04	17 582.62
SOMA		38 874.75	33 529.66
Total do passivo		38 874.75	33 529.66
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		224 499.48	207 144.62


Demonstração de Resultados Por Natureza em 31.12.2018

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	10	99 902.95	90 546.91
Subsídios, doações e legados à exploração	10, 12	100 045.84	93 196.97
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	- 45 833.29	- 40 932.27
Fornecimentos e serviços externos	17.10	- 26 208.11	- 26 290.72
Gastos com o pessoal	15, 17.9	- 119 415.55	- 109 623.39
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- 1 421.25	
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	10, 17.11	13 530.20	4 514.46
Outros gastos	17.12	- 314.83	- 1 314.27
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		20 285.96	10 097.69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	- 8 276.19	- 7 633.06
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12 009.77	2 464.63
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		12 009.77	2 464.63
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		12 009.77	2 464.63



Demonstração de Fluxos de Caixa em 31.12.2018

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes e utentes	104 271.96 €	90 775.06 €
Pagamento de subsídios		
Pagamento de apoios		
Pagamento de bolsas		
Pagamentos a fornecedores	- 66 340.95 €	- 68 156.79 €
Pagamentos ao pessoal	- 121 276.17 €	- 112 478.05 €
Caixa gerada pelas operações	- 83 345.16 €	- 89 859.78 €
Pagamentos/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	105 140.70 €	97 690.79 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	21 795.54 €	7 831.01 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	- 14 235.49 €	
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	- 323.27 €	
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	4 000.00 €	
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		199.20 €
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	54.41 €	135.72 €
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	- 10 504.35 €	334.92 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realização de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares	- 2.59 €	- 7.77 €
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	- 2.59 €	- 7.77 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2+ 3)	11 288.60 €	8 158.16 €
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	47 128.87 €	38 970.71 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	58 417.47 €	47 128.87 €



Demonstração de Execução dos Resultados Por Natureza

Período findo em 31 de dezembro de 2018

RENDIMENTOS E GASTOS		Orçamento 2018	Realizado	Taxa de execução	Desvios	
					Em valor	Em %
					(4) = (2) - (1)	(5) = (4) / (1)
		(1)	(2)	(3) = (2) / (1)		
Vendas e serviços prestados	+	87 029.01	99 902.95	114.79%	12 873.94	14.79%
Subsídios, doações e legados à exploração	+	95 439.41	100 045.84	104.83%	4 606.43	4.83%
Variação nos inventários da produção	+/-					
Trabalhos para a própria entidade	+					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	38 536.16	45 833.29	118.94%	7 297.13	18.94%
Fornecimentos e serviços externos	-	24 927.33	26 208.11	105.14%	1 280.78	5.14%
Gastos com o pessoal	-	111 206.17	119 415.55	107.38%	8 209.38	7.38%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	- / +					
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- / +		1 421.25			
Provisões (aumentos/reduções)	- / +					
Provisões específicas (aumentos/reduções)	- / +					
Outras imparidades (perdas/reversões)	- / +					
Aumentos/reduções de justo valor	+ / -					
Outros rendimentos	+	2 240.89	13 530.20	603.79%	11 289.31	503.79%
Outros gastos	-	50.00	314.83	100.00%	264.83	529.66%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	9 989.65	20 285.96	203.07%	10 296.31	103.07%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	7 873.06	8 276.19	105.12%	403.13	5.12%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	2 116.59	12 009.77	567.41%	9 893.18	467.41%
Juros e rendimentos similares obtidos	+					
Juros e gastos similares suportados	-					
Resultado antes de impostos	=	2 116.59	12 009.77	567.41%	9 893.18	467.41%
Imposto sobre rendimento do período	-/+					
Resultado liquido do período	=	2 116.59	12 009.77	567.41%	9 893.18	467.41%



1. Identificação da Entidade

O CASAS – Centro de Apoio Social e de Animação de Segadães é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República em 14/05/1993, III Série, com sede na Rua do Passal n.º 54, 3750-742 Segadães. Tem como atividades principais para a prossecução dos seus fins:

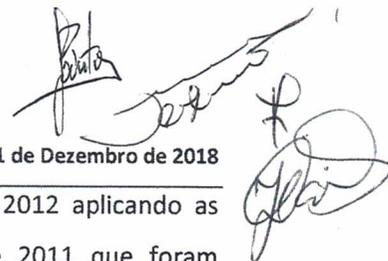
- Atividades de Apoios à Comunidade;
- Centro de Atividades de Tempos Livres;
- Centro de Dia;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Centro de Atividades Culturais, Recreativas e Desportivas.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI); e
- Portaria n.º 8257/2015 de 29 de Julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.



Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".



3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou



produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra em abaixo:

Edifícios e outras construções: 50 Anos

Edificações ligeiras: 6 anos

Equipamento básico: 6 Anos

Equipamento de transporte: 5 Anos

Equipamento administrativo: 6 Anos

Equipamento informático: 5 Anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".



3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Outros activos Fixos Intangíveis: 5 anos

Programas de Computador: 3 Anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre

que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados, e não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resultar numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.



Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são apresentadas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de acontecimentos passados e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. No entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.



3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou

suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



	Saldo em 01/01/2018	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2018
CUSTO DE AQUISIÇÃO						
Bens do domínio público						
Bens do património HAC						
Outros activos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	64 685.52					64 685.52
Edifícios e outras construções	159 410.84					159 410.84
Equipamento básico	35 000.17					35 000.17
Equipamento de transporte	27 640.00	12 750.00	9 900.00			30 490.00
Equipamento Administrativo	8 360.61	2 718.78				11 079.39
Outros activos fixos tangíveis	2 341.80					2 341.80
TOTAL	297 438.94	15 468.78	9 900.00			303 007.72
DEPRECIACÕES						
Bens do domínio público						
Bens do património HAC						
Outros activos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	84 130.98	3 334.82				87 465.80
Equipamento básico	34 453.10	138.24				34 591.34
Equipamento de transporte	18 393.33	4 350.00	9 240.00			13 503.33
Equipamento Administrativo	8 360.61	453.13				8 813.74
Outros activos fixos tangíveis	2 341.80					2 341.80
TOTAL	147 679.82	8 276.19	9 240.00			146 716.01
VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	149 759.12					156 291.71

6. Ativos Intangíveis

Não aplicável.

7. Locações

Não aplicável.

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Não aplicável.


9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01/01/2018	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário em 31/12/2018	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	266.69	46 067.71		501.11	45 833.29
Total	266.69	46 067.71		501.11	45 833.29

Descrição	Inventário em 01/01/2017	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário em 31/12/2017	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	450.86	40 748.10		266.69	40 932.27
Total	450.86	40 748.10		266.69	40 932.27

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" se desdobram da seguinte forma em 2018:

- Matérias-primas: 501,11 €;
- Matérias Subsidiárias: 0,00 €; e
- Matérias de Consumo: 0,00€.


10. Rédito

Para o período de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017	Variação	
			Nominal	%
Prestação de Serviços	99 902.95	90 546.91	9 356.04	9.37%
Mensalidades	41 520.06	39 788.45	1 731.61	4.17%
SAD	41 520.06	39 788.45	1 731.61	4.17%
Quotas e Jóias	1 067.50	662.50	405.00	37.94%
Serviços secundários	57 315.39	50 095.96	7 219.43	12.60%
Subsídios, doações e legados à exploração	100 045.84	93 196.97	6 848.87	6.85%
Instituto da Segurança Social	90 030.92	87 620.28	2 410.64	2.68%
SAD	83 426.12	81 157.08	2 269.04	2.72%
Centro de Convívio	6 604.80	6 463.20	141.60	2.14%
Outras Entidades	10 014.92	5 576.69	4 438.23	44.32%
I.E.F.P.	6 561.73	5 576.69	985.04	15.01%
Câmara Municipal de Águeda	2 953.19	0.00	2 953.19	100.00%
União de Freguesias	500.00	0.00	500.00	
Outros Rendimentos e Ganhos	13 475.79	4 378.74	9 097.05	67.51%
Rendimentos Suplementares	7 657.91	1 406.55	6 251.36	81.63%
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	13.43	0.00	13.43	
Consignação de IRS	362.55	0.00	362.55	
Rend. e ganhos em inv. não financeiros	3 340.00	0.00	3 340.00	
Correções exercícios anteriores	495.51	297.36	198.15	39.99%
Outros não especificados	5.01	-0.00	5.01	
Donativos recebidos	1 601.38	2 674.83	-1 073.45	-67.03%
Juros Obtidos	54.41	135.72	-81.31	-149.44%
TOTAL	213 478.99	188 258.34	25 220.65	11.81%

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.



12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018	2017	Variação	
			Nominal	%
Subsídios do Governo	90 030.92	87 620.28	2 410.64	2.75%
Instituto da segurança Social	90 030.92	87 620.28	2 410.64	2.75%
Apoios do Governo	10 014.92	5 576.69	4 438.23	79.59%
I.E.F. P.	6 561.73	5 576.69	985.04	17.66%
Câmara Municipal de Águeda	2 953.19		2 953.19	
União de Feguesias	500.00	0.00	500.00	
TOTAL	100 045.84	93 196.97	6 848.87	7.35%

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14. Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

15. Benefícios dos empregados

Dos órgãos diretivos da Entidade o Presidente da Direção é único remunerado, conforme mais detalhado abaixo.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2018 foi de 11 e em 2017 foi de 10, sendo que à data de 31/12/2018 eram 12 funcionários e em 31/12/2017 eram 9 funcionários.

É de realçar que durante o ano de 2018 e de 2017 a Entidade recebeu apoios à contratação de funcionário, tais como, estágios profissionais, estímulos emprego e contratos de emprego inserção.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016	Variação Nominal	Variação %
Remuneração ao Pessoal	88 006.93	105 273.98	-17 267.05	-16.40%
Encargos sobre Remunerações	20 007.93	23 139.88	-3 131.95	-13.53%
Seguros de Acidente de Trabalho	1 478.53	1 523.54	-45.01	-2.95%
Outros Gastos com Pessoal	130.00	88.31	41.69	47.21%
TOTAL	109 623.39	130 025.71	-20 402.32	-15.69%

Nos Gastos com Pessoal estão incluídos o valor de remunerações do Presidente da Direção em 2.800,00 €, sendo que o seu gasto total foi de 3.465,00 €.

O quadro em baixo demonstra a gastos com o pessoal descontados dos subsídios recebidos para apoio à contratação de funcionários:

Descrição	2018	2017	Variação Nominal	Variação %
Gastos com pessoal	119 415.55	109 623.39	9 792.16	8.93%
Subsídios à exploração	6 561.73	5 576.69	985.04	17.66%
Saldo	112 853.82	104 046.70	8 807.12	8.46%

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.



17.1. Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Cientes	4 070.82	2 733.90
Utentes	882.29	1 707.25
TOTAL	4 953.11	4 441.15

17.2. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Devedores por acréscimos de rendimentos	2 377.58	4 069.29
Outros Devedores	18.40	600.96
Adiantamentos a fornecedores	162.50	
TOTAL	2 558.48	4 670.25

17.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	153.47	499.92
Limpeza e higiene	236.62	32.29
Total	390.09	532.21
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração	1 390.65	1 332.25
Total	1 390.65	1 332.25



17.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017	Variação	
			Nominal	%
Caixa	24.88	1 158.34	-1 133.46	-97.85%
Depósitos á Ordem	58 392.59	13 970.53	44 422.06	317.97%
Outros Depósitos Bancários	0.00	32 000.00	-32 000.00	-100.00%
TOTAL	58 417.47	47 128.87	11 288.60	23.95%

17.5. Fundos Patrimoniais

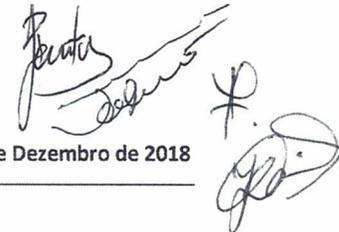
Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01/01/2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31/12/2018
Fundos	174.94			174.94
Excedentes Técnicos				
Reservas	190 368.68			190 368.68
Resultados Transitados	-21 426.29	2 464.63		-18 961.66
Excedentes de Revalorização				
Outras Variações nos fundos patrimoniais	2 033.00			2 033.00
TOTAL	171 150.33	2 464.63		173 614.96

17.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	15 708.41	9 494.36
TOTAL	15 708.41	9 494.36


17.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
IVA	280.41	
IRS		125.00
TOTAL	280.41	125.00
Passivo		
Retenção de IRS	387.22	510.50
IVA	793.81	802.50
Segurança Social	3 659.45	3 790.72
Outros Impostos	30.17	16.71
TOTAL	4 870.65	5 120.43

17.8. Outros passivos correntes

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores de Imobilizado	1 233.29	150.00
Credores por acréscimo de gastos	14 783.63	16 005.30
Pessoal	365.42	49.32
Adiantamentos de clientes	22.70	1 378.00
Outros Credores	500.00	
TOTAL	16 905.04	17 582.62

**17.9. Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios de outras entidades	100 045.84	93 196.97
Doações		
Heranças		
Legados		
TOTAL	100 045.84	93 196.97


17.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" no período findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foi a seguinte:

Descrição	2018	2017	Variação	
			Nominal	%
Trabalhos especializados	5 309.00	4 548.68	760.32	16.72%
Publicidade e propaganda	389.30	521.11	-131.81	-25.29%
Vigilância e segurança	112.83	368.92	-256.09	-69.42%
Honorários	381.30		381.30	
Conservação e reparação	3 241.14	4 405.52	-1 164.38	-26.43%
Serviços Bancários	1.55	114.14	-112.59	-98.64%
Ferramentas e utensílios de	544.10	117.76	426.34	362.04%
Material de escritório	556.98	530.27	26.71	5.04%
Artigos para oferta	29.13	51.56	-22.43	-43.50%
Eletricidade	3 193.66	2 388.31	805.35	33.72%
Combustíveis	9 670.75	9 782.67	-111.92	-1.14%
Deslocações e estadas	127.04	199.80	-72.76	-36.42%
Outros Transportes	1.10	400.00	-398.90	-99.73%
Comunicação	1 127.84	1 112.88	14.96	1.34%
Seguros	785.05	663.55	121.50	18.31%
Contencioso e notariado	11.07		11.07	
Despesas de representação	1.80	11.00	-9.20	-83.64%
Limpeza, higiene e conforto	650.73	1 029.05	-378.32	-36.76%
Outros serviços	73.74	45.50	28.24	62.07%
TOTAL	26 208.11	26 290.72	-82.61	-0.31%


17.11. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017	Variação	
			Nominal	%
Rendimentos Suplementares	7 657.91	1 406.55	6 251.36	444.45%
Descontos de pronto pagamento obtidos	13.43		13.43	
Rend. E Ganhos em Inv. Não Financeiros	3 340.00		3 340.00	
Correções de períodos anteriores	495.51	297.36	198.15	66.64%
Consignação de IRS	362.55		362.55	
Donativos Recebidos	1 601.38	2 674.83	-1 073.45	-40.13%
Outros Não Especificados	5.01		5.01	
Juros Obtidos	54.41	135.72	-81.31	-59.91%
TOTAL	13 530.20	4 514.46	9 015.74	199.71%

17.12. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017	Variação	
			Nominal	%
Descontos de P.P. Concedidos	0.39		0.39	
Correções de exercícios anteriores	195.97	1 118.29	-922.32	-82.48%
Donativos		50.00	-50.00	
Quotizações	115.88	60.00	55.88	93.13%
Multas		78.21	-78.21	-100.00%
Juros de Mora	2.59	7.77	-5.18	-66.67%
TOTAL	314.83	1 314.27	-999.44	-76.05%

17.13. Investimentos Financeiros

A Entidade regista na rubrica de Investimentos Financeiros o valor de 537,10 € em 2018 e de 213,83 € em 2017 referente ao Fundo de Compensação do Trabalho, situação esta que é de obrigação/imposição legal.


17.14. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

O saldo da rubrica de “Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Quotas e Outros Serviços	0,00	7,50
Quotas de cobrança duvidosa	0,00	0,00
Donativos	570,00	0,00
Sub-Total	570,00	7,50
Perdas por imparidade acumuladas		
Quotas	0,00	0,00
Sub-Total	0,00	0,00
Total	570,00	7,50

17.15. Utentes

Relativamente à valência de Serviço de Apoio Domiciliário o número de utentes em 2019 foram de 19 enquanto em 2017 foram de 18.

No que diz respeito à valência de Centro de Convívio o número de utentes em 2018 e 2017 foram de 10.

17.16. Acontecimentos após a data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção em 1 de Março de 2019.

Segadães, 1 de Março de 2019

O Contabilista Certificado N.º 84833

Ricardo Filipe Roldão dos Santos

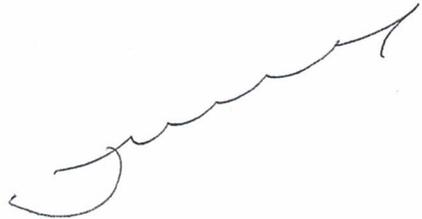
Em representação da Sociedade de Contabilidade

Santos & Cruz, Lda





A Direção



Agueda

Paço Padreus Correia Pereira

